



**MINISTÉRIO DA IGUALDADE RACIAL – MIR**  
**CONSELHO NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – CNPIR**

**ATA DA 85ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 25 E 26 DE MARÇO DE 2024**

1   Aos vinte e cinco de março de dois mil e vinte e quatro, às nove horas da manhã, no Auditório Ana  
 2   Paula Crosara, 8 andar, SCS, quadra 9, Edifício Parque Cidade Corporate – Torre A, Brasília/DF, foi  
 3   realizada a 85ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Promoção de Igualdade Racial – CNPIR.  
 4   Estiveram presentes, pelo Poder Público, a Presidenta do Conselho e Ministra de Estado da Igualdade  
 5   Racial **Anielle Francisco da Silva**; o Conselheiro Titular da Casa Civil da Presidência da República  
 6   (CC/PR), **Marcos Fábio Cardoso De Faria**; a Conselheira Titular do Ministério das Comunicações  
 7   (MCom), **Ludymilla Cristinne Dos Santos Chagas**; a Conselheira Titular do Ministério da Cultura  
 8   (MinC), **Mariana Braga Teixeira**; a Conselheira Titular do Ministério do Desenvolvimento Agrário  
 9   e Agricultura Familiar (MDA), **Ana Maria Sales Placidino**; a Conselheira Titular do Ministério da  
 10   Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), **Ana Flávia Magalhães**; a Conselheira Titular do  
 11   Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), **Daniela Luciana Da Silva**; o  
 12   Conselheiro Titular do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), **Eduardo Gomor dos**  
 13   **Santos**; a Conselheira Titular do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), **Anatalina Lourenço**  
 14   **Da Silva**; Estiveram presentes, pela Sociedade Civil, a Vice-Presidente e Conselheira Titular da  
 15   União de Negras e Negros pela Igualdade (UNEGRO), **Marina Lais Duarte Da Silva**; o Conselheiro  
 16   Suplente da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), **Delton Aparecido Felipe**; o  
 17   Conselheiro Titular da Associação dos Agentes de Pastoral Negros do Brasil (APNs), **Nuno Coelho**  
 18   **De Alcantara Junior**; a Conselheira Titular da Associação Nacional das Mulheres Ciganas (ANMC),  
 19   **Edvalda Bispo Dos Santos Viana**; a Conselheira Titular da Casa de Cultura Ile Ase D'osoguiã  
 20   (CCIAO), **Mãe Tuca D'Osoquiã**; o Conselheiro Suplente da Casa de Cultura Ile Ase D'osoguiã  
 21   (CCIAO), **Danilo Moura**; a Conselheira Titular da Central Única dos Trabalhadores (CUT), **Maria**  
 22   **Júlia Reis Nogueira**; a Conselheira Suplente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), **Ana**

**Cristina Dos Santos Duarte**; a Conselheira Suplente do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA), **Nilma Bentes**; o Conselheiro Titular da Coalizão Negra Por Direitos (CND), **Airton Ferreira Da Silva**; o Conselheiro Titular do Coletivo de Entidades Negras da Bahia (CEN-BA), **Antonio Ricardo Herculano Da Silva**; O Conselheiro Suplente do Coletivo Nacional de Juventude Negra (ENEGRECER), **Afonso José Dias Gomes**; a Conselheira Titular da Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará (MALUNGU), **Carlene Patricia Santos Printes Cabral**; o Conselheiro Titular da Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN), **Igor Correia Dos Prazeres**; a Conselheira Titular do Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana (FONSANPOTMA), **Iyá Vera Beatriz Soares**; a Conselheira Suplente do Grupo de Mulheres Negras Dandara no Cerrado, **Anna Maria Canavarro Benite**; a Conselheira Titular do Instituto Alma Preta Jornalismo, **Elaine Maria Da Silva De Toledo**; a Conselheira Titular do Movimento Negro Unificado (MNU), **Rosa Negra**; o Conselheiro Titular da Rede Amazônia Negra (RAN), **Paulo Axé**; o Conselheiro Suplente da Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde - RENAFRO SAÚDE, **Olumidê Betinho**. Por fim, estavam igualmente presentes a equipe da Secretaria-Executiva do Conselho, composta pela Secretária-Executiva do Conselho, **Larissa da Cruz Santiago**; e a Assistente Administrativa do CNPIR, **Edna Gabrielle da Silva**, apoiadas pela Chefe de Divisão da Assessoria de Participação Social e Diversidade, **Híris de Paulo Martins**. A Vice-presidente e Conselheira Marina Duarte (UNEGRO) abriu a reunião informando a programação e a pauta do dia, composta por: *leitura da ordem do dia e verificação da presença e da existência do quórum às 09h; Abertura pela Vice-Presidente do CNPIR, incluindo informe sobre Diárias e Passagens, às 09h30; Aprovação da ata da 84ª Reunião Ordinária às 09h45; Debate sobre o Ofício RAN-008, a proposta de Recomendação dos APNs e a abertura para moções, recomendações e resoluções às 10h; Inscrição para falas e deliberações às 10h15; Informes pela Secretaria Executiva do CNPIR sobre a Política Nacional e Cuidados, o Plano Nacional de Comunicação Antirracista, o Comitê Técnico de Saúde da População Negra e o Grupo de Trabalho Temático de Adaptações Climáticas às 10h30; Inscrição para falas e deliberações às 10h45; Informes sobre o Fórum Permanente de Afrodescendentes pela Assessoria Especial da Ministra, sobre o PL de Cotas pela Secretaria de Ações Afirmativas, Combate e Superação do Racismo e sobre o G20 e G20 social pela Assessoria de Participação Social e Diversidade, todas do Ministério da Igualdade Racial, às 11h; Inscrições para fala e deliberações às 11h30; Informes do GT de Reestruturação dos Aspectos Gerais da V CONAPIR e da Coordenação*

54 *Executiva da V CONAPIR às 12h; Intervalo de almoço entre 12h30 e 13h30; Debate sobre o Temário,*  
55 *Datas e Comissão Organizadora da V CONAPIR às 13h30; Inscrições para fala e deliberações às*  
56 *14h30; Planejamento e consolidação do Calendário Anual de Reuniões Ordinária do CNPIR às*  
57 *16h30; Inscrições para fala e deliberações às 17h; Informes finais às 17h30; Repasse da Ata e*  
58 *Encerramento à 17h45.* O Conselheiro Nuno Coelho (APNs) indagou acerca do item de pauta  
59 referente ao Comitê Técnico de Saúde da População Negra e pediu que fosse incluso na pauta antes  
60 dos informes da Secretaria Executiva sobre o Comitê. Nesse momento, foi confirmado o quórum,  
61 com vinte e três presentes, sendo dezoito membros da sociedade civil e cinco membros do poder  
62 público. A Conselheira Mãe Tuca (CCIAO) solicitou a inversão de pauta para que fosse prioridade o  
63 debate da V CONAPIR, visto que é o item mais importante da reunião. A Secretária Executiva do  
64 CNPIR Larissa Santiago (MIR) explicou que a programação e a ata foram apresentadas previamente  
65 aos conselheiros e que não houve impugnação e nem recomendações. Informou que, em razão da  
66 reunião ter convidados para debate, a inversão da pauta poderia obstruir a participação dos  
67 convidados. A Conselheira Mãe Tuca (CCIAO) retirou a solicitação e propôs que fosse realizada uma  
68 reunião extraordinária por videoconferência, com a presença da FLACSO, para tratar,  
69 exclusivamente, sobre a V CONAPIR. A Vice-presidente e Conselheira Marina Duarte (UNEGRO)  
70 seguiu com a pauta, sem deliberação. O Conselheiro Marcos Faria (CC/PR) sugeriu que os  
71 conselheiros apresentem eventuais propostas já estruturadas, com o intuito dar efetividade à reunião  
72 do Conselho. A Conselheira Edvalda Bispo (ANMC) pediu o apoio dos demais conselheiros para que  
73 fosse incluído o seguimento da Comunidade Cigana na Política de Cuidado. A Vice-presidente e  
74 Conselheira Marina Duarte (UNEGRO) indagou se havia alguma ponderação sobre a Ata da 84ª  
75 Reunião. A Conselheira Rosa Negra (MNU) solicitou a inclusão da Conselheira Suplente do MNU,  
76 Karen Liliane. O Conselheiro Olumide Betinho (RENAFRO) solicitou a modificação do nome do  
77 titular da RENAFRO pela suplência, uma vez que o suplente que atendeu à reunião. Com os ajustes  
78 solicitados, ficou aprovada a Ata da 84ª Reunião Ordinária do CNPIR. O Conselheiro Nuno Coelho  
79 (APNs) relatou que, na linha 18, constava a presença da notória-saber Conselheira Zélia Amador de  
80 Deus, contudo ela estava ausente. Pediu, portanto, a retificação. A Vice-presidente e Conselheira  
81 Marina Duarte (UNEGRO) pediu à Secretaria Executiva do CNPIR para proceder com as retificações  
82 e, não havendo objeções adicionais pelo Pleno, a ata foi aprovada por unanimidade. Em seguida, A  
83 Vice-presidente e Conselheira Marina Duarte (UNEGRO) fez a leitura do Ofício RAN-008, que  
84 solicitou a cópia integral do processo de criação do Comitê de Política de Igualdade Racial da

85 Amazônia Legal. O Conselheiro Paulo Axé (RAN) informou que essa pauta tem sido trazida desde a  
86 primeira reunião do CNPIR, que a RAN tem atuado para implementação desta política desde 2014;  
87 relatou todo o processo de construção da sociedade civil durante o último ano; indagou como está o  
88 processo de instituição do Comitê e explicou que na última reunião a Secretária Executiva do MIR  
89 confirmou a entrega do processo do comitê, contudo não foi apresentado ainda. Afirmou que a  
90 Amazônia precisa estar no centro do debate, o que significa esforço administrativo, político e de  
91 resultados. Por fim, requereu que o processo seja entregue à RAN e ao CNPIR. Em seguida, a Vice-  
92 presidente e Conselheira Marina Duarte (UNEGRO) fez a leitura integral da Recomendação do  
93 Conselheiro Nuno Coelho, cujo texto foi “*Recomenda ao Ministério da Igualdade Racial adoção de*  
94 *medidas para o cumprimento das atribuições institucionais do Conselho Nacional de Promoção da*  
95 *Igualdade Racial - CNPIR. O CONSELHO NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL*  
96 *(CNPIR), reunido em sua 85ª Sessão Plenária e no uso de suas atribuições regimentais e previstas*  
97 *na lei 10.678/2003 e regulamentado pelo Decreto 4.885/2003 cumprindo as disposições da*  
98 *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e da legislação brasileira correlata; e Sendo*  
99 *o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial uma instancia fundamental de representação*  
100 *e participação da sociedade na formulação e no monitoramento de políticas públicas, constituindo*  
101 *um espaço em que é exercido o controle social das ações implementadas pelo governo, ressaltando-*  
102 *se que o CNPIR é parte da estrutura básica do Ministério da Igualdade Racial; Considerando que*  
103 *desde a tomada de Posse em 21/11/2023 não tem sido observado suas competências e atribuições*  
104 *institucionais conforme regras conferidas pelo Decreto nº 4.885, de 20 de novembro de 2003;*  
105 *Considerando o descumprimento do que rege o art. 22 do seu Regimento Interno na observância e*  
106 *ausência, até o presente momento, de apoio técnico, logístico e administrativo à Secretaria Executiva*  
107 *do CNPIR, colocando em descompasso as necessidades do pleno desenvolvimento do Conselho*  
108 *Nacional; Considerando a ausência do cumprimento do art. 24 do Regimento Interno destaca-se que*  
109 *a coordenação dos trabalhos e eventuais decisões ad referendum nos assuntos emergenciais estão*  
110 *prejudicados; Considerando o recorrente descumprimento do art. 20, parágrafo 1, trazendo*  
111 *prejuízos para a garantia das ações regimentais e institucionais nas atribuições diretas deste CNPIR;*  
112 *Considerando que o objetivo do G20 Social é ampliar a participação de atores não-governamentais*  
113 *nas atividades e nos processos decisórios do G20, que durante a presidência brasileira tem por lema*  
114 *"Construindo um Mundo Justo e um Planeta Sustentável"; Resolve, com fundamento no art. 15*  
115 *parágrafo 2ª da Resolução nº 7, de 27 de outubro de 2020, recomendar: ao Gabinete Ministerial,*

116 *Secretarias e Diretorias do Ministério da Igualdade Racial assegurar conforme art. 3º de seu*  
117 *Regimento Interno preferencialmente a garantia dos seguintes parágrafos entre os seguintes: I –*  
118 *participar na elaboração de critérios e parâmetros para a formulação e implementação de metas e*  
119 *prioridades para assegurar as condições de igualdade À população negra e de outros segmentos*  
120 *étnicos da população brasileira; II – propor estratégias de acompanhamento, avaliação e*  
121 *fiscalização, bem como a participação no processo deliberativo de diretrizes das políticas de*  
122 *promoção da igualdade racial, fomentando a inclusão da dimensão racial nas políticas públicas*  
123 *desenvolvidas em âmbito nacional; III - apreciar, anualmente, a proposta orçamentária do*  
124 *Ministério da Igualdade Racial e sugerir prioridades na alocação de recursos; IV - apoiar o*  
125 *Ministério da Igualdade Racial na articulação com outros órgãos da administração pública federal*  
126 *e com os Governos estadual, municipal e do Distrito Federal; V - assegurar a presença de sua*  
127 *Presidente em todas as sessões do Pleno do CNPIR, salvo em ocasiões excepcionais, levando em*  
128 *consideração às atribuições da Mesa Diretora e assegurando a participação da direção do*  
129 *Ministério da Igualdade Racial; VI - assegurar o imediato apoio técnico, logístico e administrativo*  
130 *à Secretaria Executiva do CNPIR, a fim de que seja garantido o mínimo para o cumprimento das*  
131 *ações do CNPIR; VII - uma participação mais ativa com ampla representatividade deste CNPIR*  
132 *enquanto parte do MIR, nas agendas prioritárias do G20, especialmente na Cúpula Social, entre os*  
133 *dias 15 e 17 de novembro de 2024, às vésperas da Cúpula dos Líderes do G20, ambas no Rio de*  
134 *Janeiro. A Cúpula Social será o palco que mostrará os trabalhos desenvolvidos ao longo de quase*  
135 *um ano pelas sociedades, um panorama rico da troca de experiências entre agentes não-*  
136 *governamentais que, certamente, mostrarão novos caminhos para a construção de políticas que*  
137 *reflitam valores como justiça social, econômica e ambiental e a luta pela redução de todo tipo de*  
138 *desigualdade”.* Em seguida, abriu oportunidade para inscrição de fala e deliberação. O Conselheiro  
139 Nuno Coelho (APNs) esclareceu que o pleno não participou da formação da agenda do Ministério da  
140 Igualdade Racial e que é necessário que o conselho participe das deliberações. Afirmou que há uma  
141 ausência da presidência do conselho; que a falta de composição da mesa diretora fere o Regimento  
142 Interno da CNPIR; recomendou que os Conselheiros do CNPIR sejam inseridos em todos os trabalhos  
143 do MIR e registrou sua indignação com o não envolvimento do CNPIR no lançamento do Plano  
144 Juventude Negra Viva. O Conselheiro Igor Correia dos Prazeres (CONEN) argumentou pela  
145 aprovação da Recomendação do Conselheiro Nuno, uma vez que o CNPIR deve aprovar as políticas,  
146 e pediu que o MIR estivesse atento para colaborar com a participação do conselho, inclusive para as

147 deliberações das políticas que são apresentadas à população nesse contexto de fortalecimento da  
148 participação social protagonizada pelo governo federal. O Conselheiro Antônio Herculano Silva  
149 (CEN-BA) solicitou que o MIR permita a participação dos conselheiros na agenda do MIR e a  
150 constituição da mesa diretora do CNPIR. Insistiu que o conselho aprecie o Regimento Interno no  
151 sentido de ser deliberativo e paritário e que para isso é necessário o trabalho conjunto com o MIR. O  
152 Conselheiro Paulo Axé (RAN) argumentou que o conselho tem um papel fundamental na construção  
153 da política de igualdade racial no Brasil; explicou que as organizações sociais são históricas e  
154 participaram de diversas construções importantes para o crescimento das políticas no país. Enfatizou  
155 que essa construção não se dará apenas com o trabalho do MIR, mas sim com a participação do  
156 CNPIR. A Conselheira Rosa Negra (MNU) ressaltou que o Regimento Interno não está suprimindo  
157 todas as demandas do CNPIR e que as temáticas precisam ser deliberadas juntamente com o conselho.  
158 Falou que há uma falha na estrutura e que a Mesa Diretora precisava ser composta por todos os  
159 membros. Reivindicou que fosse apresentado aos conselheiros a agenda de trabalhos e políticas do  
160 MIR. A Conselheira Maria Júlia Nogueira (CUT) ressaltou que apoia a recomendação do Conselheiro  
161 Nuno e que o conselho precisa conhecer o orçamento disponível para as políticas. Falou sobre a  
162 necessidade de apresentação do planejamento das atividades do MIR aos conselheiros para que  
163 possam trabalhar em conjunto com o MIR, sendo necessário o apoio financeiro aos conselheiros. O  
164 Conselheiro Marcos Faria (CC/PR) propôs que se limitasse uma parte para debate, visando  
165 seguimento da pauta. Ele ressaltou que a Mesa Diretora existe, pois a Vice-presidente representa a  
166 mesa. Além disso, arrazoou sobre o momento delicado vivido pela Presidenta no Conselho no  
167 momento. O Conselheiro Nuno Coelho (APNs) pediu que constasse em ata que a recomendação  
168 apresentada não é de autoria da entidade APNs, mas sim do conselheiro. Ressaltou que a composição  
169 da mesa diretora está prevista no art. 24 do Regimento Interno. Em seguida, a Vice-presidente e  
170 Conselheira Marina Duarte (UNEGRO) explicou que a Secretária Executiva do CNPIR, Larissa  
171 Santiago, encaminhou Ofício RAN-008 da RAN para a Secretaria Executiva do MIR. A Secretária  
172 Executiva do CNPIR Larissa Santiago (MIR) informou que haverá uma reunião no final do dia com  
173 o Gabinete da Secretaria Executiva do MIR para tratar do atendimento das solicitações dos  
174 conselheiros, como o ofício de autoria do Conselheiro Paulo Axé. Além disso, informou a  
175 participação da Presidenta do CNPIR no período vespertino. Sobre a ausência da Mesa Diretora,  
176 argumentou que havia sido decidido anteriormente que o Regimento Interno do CNPIR seria  
177 reestruturado antes da formação da Mesa Diretora. A Vice-presidente e Conselheira Marina Duarte

178 (UNEGRO) iniciou a deliberação sobre a recomendação do Conselheiro Nuno Coelho, cuja  
179 aprovação foi unânime pelo Pleno. Em seguimento, a Vice-presidente e Conselheira Marina Duarte  
180 (UNEGRO) iniciou a abertura para moções, recomendações e resoluções. O Conselheiro Nuno  
181 Coelho (APNs) informou que apresentou requerimento físico à Mesa Diretora. A Vice-presidente e  
182 Conselheira Marina Duarte (UNEGRO) leu a íntegra do Requerimento de 03 de março de 2024, de  
183 autoria do Conselheiro Nuno Coelho, que requer a participação do CNPIR na Terceira Sessão do  
184 Fórum Permanente de Afrodescendentes, a ser realizado em Genebra, na Suíça, entre os dias 16 e 19  
185 de abril de 2024. Em seguida, oportunizou as considerações dos conselheiros. O Conselheiro Igor  
186 Correia dos Prazeres (CONEN) questionou se o requerimento é destinado à participação do Conselho  
187 ou da instituição. O Conselheiro Nuno Coelho (APNs) respondeu que se trata do CNPIR. Não  
188 havendo manifestações adicionais, a Vice-presidente e Conselheira Marina Duarte (UNEGRO)  
189 iniciou a deliberação sobre o requerimento do Conselheiro Nuno Coelho, cuja aprovação foi unânime  
190 pelo Pleno. O Conselheiro Paulo Axé (RAN) pontuou que tem requerimento e afirmou que diz  
191 respeito três pautas. A primeira pauta é referente às ações do movimento mestiço, principalmente no  
192 Estado do Amazonas, visto que historicamente sempre foi contrária às políticas raciais do país; a  
193 segunda pauta é referente à política de promoção da igualdade racial do Estado do Amapá, que, em  
194 seu edital de constituição do conselho estadual, retirou a presença do movimento negro de sua  
195 constituição; e a terceira pauta é referente ao Plano. Sobre a primeira pauta, socializou que a Câmara  
196 de Vereadores de Manaus aprovou lei que instituiu, no âmbito do Estado do Amazonas, o “Dia do  
197 Mestiço”. Suscitou que o conselho tenha um posicionamento sobre o tema. A Vice-presidente e  
198 Conselheira Marina Duarte (UNEGRO) explicou que o requerimento já foi aprovado em reunião  
199 extraordinária e que, para ser inclusa na próxima pauta, sugeriu que o Conselheiro formule uma  
200 moção, recomendação ou outro instrumento julgar pertinente, sobre os temas referidos, de maneira  
201 que o Pleno possa deliberar objetivamente. A Conselheira Nilma Bentes (CEDENPA) pediu que o  
202 Pleno avaliasse a edição de recomendação para garantia da participação do movimento negro do Pará  
203 junto à Secretaria Extraordinária para a COP30, para garantir a participação do movimento negro  
204 paraense no processo. Adicionalmente, relatou insatisfação com a tentativa de o Sudeste tentar  
205 hegemonizar a COP30, que ocorrerá na Amazônia, e intenção de apresentar proposta de PEC para  
206 que o país eleja presidências regionais. A Conselheira Ana Flávia Magalhães (MGI) sugeriu que a  
207 questão da COP30 fosse acrescida à recomendação anteriormente aprovada de autoria do Conselheiro  
208 Nuno Coelho. A Vice-presidente e Conselheira Marina Duarte (UNEGRO) iniciou a deliberação

209 sobre o acréscimo proposto ao Requerimento do Conselheiro Nuno Coelho, cuja aprovação foi  
210 unânime pelo Pleno. A Conselheira Carlene Printes (MALUNGU) solicitou acréscimo ao acréscimo  
211 da Conselheira Nilma Bentes, dos povos quilombolas e indígenas entre os grupos. A Vice-presidente  
212 e Conselheira Marina Duarte (UNEGRO) solicitou que a proposição de texto final seja elaborada para  
213 apresentação. Ato seguinte, a Vice-presidente e Conselheira Marina Duarte (UNEGRO) convidou  
214 para compor o dispositivo a Secretária de Políticas de Ações Afirmativas, Combate e Superação do  
215 Racismo (SEPAR/MIR), Márcia Lima; a Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares  
216 (ASPAR/MIR), Nailah Neves Veleci; e a Diretora de Políticas de Ações Afirmativas  
217 (DPA/SEPAR/MIR) Layla Carvalho, para o informe do MIR acerca do Projeto de Lei de Cotas no  
218 Serviço Público. A Secretária Márcia Lima (SEPAR/MIR) apresentou o projeto de lei e os detalhes  
219 de sua elaboração, pediu o apoio da sociedade civil no processo de votação da lei e explicou que o  
220 objetivo foi melhorar e fornecer segurança jurídica ao texto da lei para garantir sua aprovação. A  
221 Diretora Layla Carvalho (DPA/SEPAR/MIR) cumprimentou os conselheiros e as conselheiras e  
222 ressaltou que no processo de construção do texto do PL houve um momento específico de conversa  
223 com os elaboradores da lei e com os representantes dos movimentos sociais, buscando adequar na  
224 experiência de implementação, baseada em estudos de pesquisadores e no cotidiano da Administração  
225 Pública. A Chefe da Assessoria Nailah Neves (ASPAR/MIR) ressaltou a importância do  
226 envolvimento do CNPIR nas articulações para aprovação do PL proposto. A Conselheira Rosa Negra  
227 (MNU) expressou sua preocupação e descontentamento com a não efetivação da lei de cotas,  
228 destacando que a sua vigência está terminando sem ter alcançado os resultados esperados. Ela  
229 mencionou a existência de fraudes, principalmente em universidades, que comprometem o acesso de  
230 pessoas negras a esses espaços, em razão da falta de acompanhamento da lei. Ressaltou a importância  
231 do diálogo com diversas instituições para tentar solucionar esse problema e enfatizou que a lei foi  
232 muito pouco divulgada, negando mais de 9 (nove) mil vagas para pessoas negras e impactando as  
233 gerações futuras. Além disso, destacou a necessidade de estratégias mais eficazes para proteger os  
234 direitos da comunidade negra, sem ceder a todas as pressões. Em conclusão, ela ressaltou a  
235 importância de acompanhar o relatório e continuar o diálogo com as autoridades para que a lei seja  
236 de fato implementada e respeitada. O Conselheiro Nuno Coelho (APNs) saudou a Secretária Márcia  
237 Lima e destacou a importância do diálogo com o CNPIR. Ele enfatizou a urgência em trazer ao pleno  
238 do CNPIR a pauta relacionada ao PL, que precisa ser aprovado até 06 de junho de 2024, que considera  
239 crucial para as ações afirmativas no Brasil. Argumentou que este PL tem um impacto significativo na



240 política financeira e na formação da população afro-brasileira. Compartilhou uma experiência  
241 histórica em que diversas organizações do movimento negro foram convocadas para discutir o  
242 referido PL com autoridades do governo. Ele propôs que a Secretaria Executiva do CNPIR busque  
243 uma agenda com o presidente da Câmara Federal para discutir o projeto, enfatizando a importância  
244 de se envolver com a bancada negra e entender como estão sendo conduzidos os trabalhos  
245 relacionados ao PL na Câmara Federal, sendo necessário que essa audiência ocorra o mais breve  
246 possível, destacando a importância de mostrar que a sociedade civil e o conselho estão atentos e  
247 críticos em relação ao andamento do projeto. Sugeriu que esta seja uma agenda oficial do Conselho  
248 junto à Presidência da Câmara dos Deputados. O Conselheiro Eduardo Gomor (MJSP) parabenizou  
249 a Secretária Márcia Lima pela pauta e destacou a importância de se lembrar do contexto histórico da  
250 aprovação da Lei 12.711 em 2012, mencionando um encontro no gabinete do então presidente do  
251 Senado, José Sarney, e ressaltando a necessidade de manter o compromisso com as cotas raciais. Ele  
252 alertou para o risco de desvirtuamento das políticas de cotas, principalmente no que diz respeito à  
253 confusão entre cotas sociais e raciais. Ele criticou a ideia de que cotas sociais seriam suficientes para  
254 garantir representatividade racial, argumentando que isso poderia deixar de fora pessoas negras e  
255 pobres. Ele enfatizou que a única cota afirmativa atualmente vigente no Brasil é a cota racial prevista  
256 na Lei 12.711. Além disso, ele ressaltou a importância de pressionar os parlamentares para a  
257 manutenção e ampliação das políticas de cotas raciais, especialmente porque a decisão final muitas  
258 vezes está nas mãos da presidência e das bases políticas dos deputados e senadores nos estados. Ele  
259 concluiu incentivando o esforço coletivo para aprovar e manter essa legislação por mais 25 (vinte e  
260 cinco) anos, destacando a necessidade de aumentar a representatividade de negros nos concursos  
261 públicos e no serviço público federal. A Conselheira Edvalda Bispo (ANMC) expressou  
262 preocupações sobre as políticas de cotas para os povos ciganos em nível federal e estadual,  
263 especialmente nas universidades. Ela observou que as cotas estão sendo mal utilizadas, com pessoas  
264 que não são ciganas apropriando-se delas. Enfatizou que, enquanto os ciganos que vivem nas  
265 comunidades enfrentam dificuldades para acessar e concluir o ensino superior, indivíduos que não  
266 têm uma conexão real com a cultura cigana estão ocupando esses espaços. Ela destacou a importância  
267 de critérios rigorosos para determinar a elegibilidade das cotas, incluindo a necessidade de os  
268 candidatos demonstrarem um conhecimento sólido de suas origens ciganas. Ela também mencionou  
269 a necessidade de um maior cuidado e fiscalização para garantir que as políticas de cotas não sejam  
270 abusadas por pessoas que não são realmente parte da comunidade cigana. O Conselheiro Delton

271 Aparecido (ABPN) agradeceu a Secretária pelas informações e expressou concordância com os  
272 pontos discutidos sobre a Lei 12.990. Ele destaca a necessidade de mobilização conjunta das  
273 instituições em defesa da lei, sugerindo que as abordagens diversas podem entrar em conflito, e  
274 propõe uma melhor articulação para evitar obstáculos legislativos. Assim, ele sugeriu a criação de  
275 um grupo de trabalho para discutir como conduzir o debate sobre a lei junto à sociedade, visando  
276 influenciar os legisladores através de suas bases eleitorais e mencionou a importância de construir  
277 um discurso claro para explicar a lei às bases e à mídia, especialmente diante das críticas recentes.  
278 Ele enfatizou a necessidade de organização coletiva para complementar o papel do Ministério na  
279 articulação, visando alcançar a população e os meios de comunicação de massa para promover a  
280 compreensão e apoio à legislação de cotas raciais. O Conselheiro Antônio Herculano (CEN-BA)  
281 considerou o ato como um verdadeiro gesto de parceria e colaboração entre os presentes, elogiou o  
282 compromisso demonstrado e propôs uma organização das ideias apresentadas pelos participantes  
283 anteriores. Diante disso, sugeriu uma agenda do Conselho, junto ao Presidente da Câmara, ao  
284 Presidente da CCJ e com a Câmara do Senado, enfatizando a necessidade de uma abordagem ágil  
285 nesse sentido. Além disso, incentivou cada um presente a articular com os parlamentares de seus  
286 estados, mencionando sua própria experiência em Pernambuco. Ele ressaltou a importância de  
287 convencer os deputados federais e senadores a apoiarem as propostas discutidas e para isso, é  
288 necessário uma ação rápida e coordenação entre os membros do Conselho, bem como a articulação  
289 com os representantes políticos nos estados para alcançar os objetivos estabelecidos. A Conselheira  
290 Anatalina Lourenço (MTE) relatou sua experiência como sindicalista e professora. Ela enfatizou a  
291 importância de buscar aliados neste momento e propôs identificar possíveis parceiros, especialmente  
292 na mídia hegemônica, que costuma criticar o movimento. Ela destacou a necessidade de estabelecer  
293 diálogos com a Casa Civil e o Presidente Lula, antes mesmo de envolver o Congresso Nacional,  
294 sugerindo que o Conselho desenvolva um calendário de agenda para isso. Ressaltou o peso histórico  
295 das organizações representadas pelo Conselho nos movimentos sociais e mencionou a importância  
296 de enfatizar os mecanismos antifraudes tanto nas discussões do Conselho quanto nas falas da  
297 sociedade civil, pois é onde os ataques são direcionados e onde precisam ser rebatidos. Por fim, ela  
298 refletiu sobre a dificuldade de conquistar mentes e corações em um país com uma ideologia racista,  
299 expressando um desejo de seguir adiante apesar dos desafios. A Conselheira Ana Flávia (MGI)  
300 saudou os esforços empreendidos para a inspeção do relatório comparado. Ela reconheceu os ataques  
301 que a versão atual sofreu e expressou interesse em ouvir orientações das representantes sobre emendas

302 que possam desvirtuar o projeto. Ela destacou preocupações com emendas que podem transformar o  
303 PL em um teto ao invés de um piso. Mencionou que sua preocupação é garantir que o Conselho e  
304 outros grupos envolvidos no advocacy tenham clareza sobre onde focar seus esforços. Ela expressou  
305 ceticismo em relação ao diálogo com parlamentares e enfatizou a necessidade de receber orientações  
306 para promover pressão eficaz. Ela questionou a viabilidade de apresentar um projeto de lei de  
307 regulamentação das comissões simultaneamente ao PL, citando um exemplo da Universidade Federal  
308 de Pelotas para ilustrar a importância de garantir a diversidade nas bancas examinadoras e encerrou  
309 sua intervenção expressando interesse em ouvir as avaliações dos presentes. A Secretária Márcia  
310 Lima (SEPAR/MIR) expressou sua gratidão pelas questões levantadas e destacou que a orientação  
311 dos três ministérios para que haja descrição na estratégia de negociação e reforçou que certos  
312 princípios são inegociáveis, como a cota racial. Ela pontuou que há uma heterogeneidade do público  
313 dos concursos em comparação com o ensino superior e que isso difere muito no mercado de trabalho,  
314 portanto, a política é para diminuir o efeito de discriminação no mercado de trabalho, onde estão os  
315 maiores índices de discriminação. Ela considerou a necessidade de regulamentar as comissões através  
316 de um projeto de lei e reconheceu os desafios desse processo. Agradeceu o apoio da equipe da  
317 Secretaria de Políticas de Ações Afirmativas, Combate e Superação do Racismo (SEPAR) e propôs  
318 designar dois pontos focais do CNPIR para manter contato com a sua equipe, facilitando a  
319 comunicação e a coordenação de atividades, sendo urgente o envolvimento do movimento sindical e  
320 propôs uma apresentação para discutir estratégias futuras. Por fim, ela mencionou a necessidade de  
321 revisar a legislação após 25 (vinte e cinco) anos, enfatizando a importância do monitoramento e do  
322 impacto das políticas de inclusão e diversidade no serviço público. Ela reconheceu a baixa aplicação  
323 da lei aprovada em 2014 e a necessidade de atualizar os dados para embasar decisões futuras. A  
324 Diretora Layla Carvalho (DPA/SEPAR/MIR) reforçou a mensagem da Secretária Márcia Lima,  
325 destacando a disponibilidade da DPA para discutir o Projeto de Lei em qualquer momento. Ela  
326 mencionou a importância de detalhar os argumentos e discutir a orientação sobre como fazer a  
327 incidência do PL, colocando-se à disposição para agendar uma reunião. Ela reconheceu as  
328 dificuldades de dados sobre a comunidade cigana, destacando a necessidade de o governo brasileiro  
329 produzir dados para uma política de cotas específica para eles. Ainda, mencionou edital da DPA que  
330 englobou mulheres ciganas e que a colaboração da Secretaria de Quilombolas, Povos e Comunidades  
331 Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiro e Ciganos (SQPT/MIR) está sendo fundamental  
332 para controlar possíveis fraudes nesse contexto. A Chefe da Assessoria Nailah Neves (ASPAR/MIR)

333 destacou a importância da pauta de cotas e afirmou que este PL está entre as prioridades do governo,  
334 com a Secretaria de Relações Institucionais coordenando esforços nesse sentido. Ela mencionou a  
335 articulação com a Ministra responsável e a interação com outros ministros para garantir  
336 compromissos oficiais, ressaltando a disponibilidade de sua equipe para colaborar, oferecendo  
337 argumentos e estratégias específicas para abordar diferentes perfis de parlamentares. Além das cotas,  
338 ela mencionou uma estratégia para grupos específicos, como os povos ciganos, buscando incluí-los  
339 no arcabouço legal, especialmente através do Estatuto dos Povos Ciganos. Ela também mencionou  
340 uma tentativa de incidência partidária em maio, aproveitando uma janela de oportunidade relacionada  
341 a datas históricas e sensibilidades políticas, visando avançar com o Estatuto dos Ciganos. A  
342 Conselheira Ana Placidino (MDA) elogiou a SEPAR pela condução do processo de elaboração do  
343 Plano Juventude Negra Viva (PNJV), que envolveu a participação da juventude rural e urbana, bem  
344 como a juventude de povos e comunidades tradicionais em todo o processo de formulação. A Vice-  
345 presidente e Conselheira Marina Duarte (UNEGRO) agradeceu a presença da SEPAR e da ASPAR.  
346 Ato seguinte, convidou para compor o dispositivo a Secretária de Gestão do Sistema Nacional de  
347 Promoção da Igualdade Racial (SENAPIR/MIR), Iêda Leal, para informes sobre o ODS18 (18º  
348 Objetivo de Desenvolvimento Sustentável). A Secretária Iêda Leal (SENAPIR/MIR) cumprimentou  
349 as conselheiras e os conselheiros e relembrou a importância do anúncio do Presidente, que surgiu a  
350 partir de diálogo do MIR com representantes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e  
351 Social (BNDES) sobre a relevância de construção da ODS18. Relatou que uma equipe do SENAPIR  
352 está trabalhando para organizar e entregar para toda a população o que significa o ODS18.  
353 Adicionalmente, ela solicitou apoio para fazer com que todos os municípios façam adesão ao Sistema  
354 de Promoção da Igualdade Racial - SINAPIR e entregou o guia de adesão ao SINAPIR com  
355 informações sobre o que significa o sistema. Finalizou ressaltando que é necessário trazer para o local  
356 a solidariedade à família de Anielle Franco, que é necessário ter justiça, pois os corpos negros  
357 precisam ser protegidos. Tendo concluído, a Secretária convidou o Coordenador-Geral de  
358 Monitoramento (DAMGI/SENAPIR/MIR), Luciano Silva, para prestar informes atualizadas sobre o  
359 ODS18. O Coordenador-Geral Luciano Silva (DAMGI/SENAPIR/MIR) cumprimentou a todos e  
360 relatou que, atualmente, há 17 (dezesete) ODS e que, entre esses, os ODS 5 e 10 tratam de  
361 desigualdades e de gêneros. Ressaltou que a instituição de um ODS específico possui fundamentação  
362 acadêmica. Ressaltou o envolvimento do Ministério dos Povos Indígenas e da Secretaria-Geral da  
363 Presidência da República neste processo. Afirmou que, a partir do anúncio do Presidente, foi possível

364 institucionalizar a criação da ODS dentro da Comissão Nacional para os Objetivos de  
365 Desenvolvimento Sustentável (CNODS) e começaram a criação de novas agendas, como por  
366 exemplo, a criação de uma câmara temática dentro da própria comissão. Arrazouu que a construção  
367 da ODS18 envolveu processos participativos com o apoio da Assessoria de Participação Social e  
368 Diversidade do MIR para contribuições com metas e indicadores. Finalizou enaltecendo o papel do  
369 CNPIR e que está à disposição para construção conjunta. A Secretária Executiva do CNPIR Larissa  
370 Santiago (MIR) sugeriu que as perguntas e deliberações fossem realizadas posteriormente, para  
371 respeitar o horário da reunião. Informou compartilhará com os conselheiros e as conselheiras todas  
372 as informações apresentadas pelo MIR e informou que os conselheiros continuarão recebendo as  
373 informações sobre a ODS18. A Vice-presidente e Conselheira Marina Duarte (UNEGRO) agradeceu  
374 a presença da SENAPIR. Ato seguinte, convidou para compor o dispositivo o Coordenador-Geral de  
375 Relações Institucionais da Assessoria de Participação Social e Diversidade (CGRI/ASPADI/MIR),  
376 para informes sobre o G20. O Coordenador-Geral Artur Antônio cumprimentou a todos e manifestou  
377 sua satisfação em estar na reunião. Apresentou as competências da ASPADI/MIR e pontuou que há  
378 uma distinção entre o G20 Social e o G20 Presidência do Brasil, que nesse, há Trilhas de Sherpas  
379 composta por 15 (quinze) grupos de trabalho, relacionado a agricultura, anticorrupção, cultura,  
380 economia digital, dentre outros; duas forças tarefas e uma iniciativa sobre Bioeconomia. Há também  
381 a Trilha de Finanças que trata de assuntos macroeconômicos estratégicos e é comandada pelos  
382 ministros das Finanças e presidentes dos bancos centrais dos países-membros. Já o G20 Social haverá  
383 uma cúpula social, em que a sociedade civil irá se reunir no corrente ano, com o objetivo de ampliar  
384 a participação de atores não-governamentais nas atividades e nos processos decisórios do G20.  
385 Informou que a presidência brasileira tem por lema “Construindo um Mundo Justo e um Planeta  
386 Sustentável” e que o G20 social é composto por grupos de engajamento como: sociedade civil,  
387 juventude, mulheres, trabalho, entre outros. Relatou que há uma rede de articulação que tem o  
388 objetivo de criar uma pesquisa de adaptação climática e combate ao racismo ambiental, como  
389 iniciativa da sociedade civil, juntamente com o Governo Federal para mapear demandas e  
390 enfrentamento a crise do clima e ciclo do desastre. Para isso, haverá relatórios com resultados e  
391 recomendações e formação com gestores e disseminação de fóruns. Ele informou que há intenção de  
392 lançar o Censo até o próximo mês. Por fim, apresentou o Decreto N 11.955 de 19 de março de 2024,  
393 que cria a Secretaria Extraordinária para a COP30, o qual estabelece cargos para discutir sobre o  
394 COP30. A Conselheira Anatalina Lourenço (MTE) informou que o L20 é da trilha de trabalho, que

395 acontecerá em Brasília, nos dias 27 e 28 de março de 2024, com representação do movimento sindical,  
396 que nessa apresentação técnica o Brasil tem de ter uma fala e ela quem irá falar. A Vice-presidente e  
397 Conselheira Marina Duarte (UNEGRO) agradeceu a presença da CGRI/ASPADI e encerrou o  
398 período matutino da reunião. Ao retornarem do intervalo, os trabalhos do turno da tarde foram  
399 abertos. Neste momento, a Vice-presidente e Conselheira Marina Duarte (UNEGRO) oportunizou a  
400 Conselheira Rosa Negra a apresentar o Relatório acerca da Lei de Cotas. Após, relatou que a Ministra  
401 de Estado da Igualdade Racial, Anielle Franco, não conseguiria estar presente na reunião do dia vinte  
402 e cinco de março de dois mil e vinte e quatro e iniciou o momento para deliberação da mudança de  
403 pauta para a tarde do dia vinte e seis de março de dois mil e vinte e quatro, para possibilitar a  
404 participação da Ministra naquele turno. O Conselheiro Antônio Herculano da Silva (CEN-BA)  
405 indagou se a Secretária Executiva do Ministério, Roberta Eugênio, não poderia participar para  
406 apresentar a agenda ao CNPIR. Além disso, solicitou que fosse contabilizada a quantidade de  
407 representações da sociedade civil e do poder público no momento. O Conselheiro Nuno Coelho  
408 (APNs) pediu que fosse mantido a pauta da manhã, e no período vespertino recebessem a Ministra  
409 Anielle Franco. A Conselheira Ana Flávia (MGI) considerou que é preciso ajustar a metodologia de  
410 trabalho do conselho e propôs que haja a programação da manhã e deliberação com a data da Reunião  
411 Extraordinária proposta no período da manhã. O Conselheiro Igor Correia dos Prazeres (CONEN)  
412 sugeriu que os conselheiros encaminhem as recomendações e propostas de mudanças do Regimento  
413 Interno do CNPIR para que ganhem mais tempo na Reunião Ordinária. O Conselheiro Marcos Faria  
414 (CC/PR) concordou com a sugestão de encaminhamento da Conselheira Ana Flávia e comentou que  
415 o combinado da reunião anterior foi que acompanhasse os ritos do Regimento Interno. A Vice-  
416 presidente e Conselheira Marina Duarte (UNEGRO) solicitou à Conselheira Ana Flávia apresentasse  
417 novamente sua proposição de encaminhamento. A Conselheira Ana Flávia (MGI) propôs que o  
418 conselho se limite a atividade de apresentação de metodologia do Grupo de Trabalho e que os  
419 conselheiros e a conselheiras elaborem suas propostas do Regimento, para aprovação em uma reunião  
420 extraordinária on-line. O Conselheiro Antônio Herculano da Silva (CEN-BA) sugeriu que na parte  
421 da manhã ouçam o Profº Clóvis, que o GT de Revisão de Marcos Legais se reúna virtualmente e,  
422 posteriormente, apresente a proposta final em reunião plenária on-line. O Conselheiro Igor Correia  
423 dos Prazeres (CONEN) lembrou que seria necessário tempo amplo para dialogar e reunir o GT, e que  
424 para a apresentação da proposta, seria marcada uma reunião on-line. O Conselheiro Delton Felipe  
425 (ABPN) ressaltou que já tinham discutido sobre as complexidades e exaustão das reuniões remotas.

426 O Conselheiro Igor Correia dos Prazeres (CONEN) lembrou que o Regimento Interno prevê a  
427 possibilidade de duas reuniões na modalidade remota. A Conselheira Mariana Braga (MinC) sugeriu  
428 que os membros do GT se reúnam para verificar a melhor forma de dar andamento à reformulação  
429 do Regimento Interno do CNPIR. A Conselheira Nilma Bentes (CEDENPA) sugeriu que o conselho  
430 trabalhasse de forma mais suscita, sem tantas burocracias regimentais, pois essa não é finalidade do  
431 movimento negro. A Vice-presidente e Conselheira Marina Duarte (UNEGRO) propôs a deliberação  
432 sobre as propostas em favor da continuidade na pauta, realizando uma reunião entre os conselheiros  
433 do GT de Revisão de Marcos Legais para alinhamento da metodologia e o agendamento de uma  
434 Reunião Extraordinária para tratar exclusivamente dos Marcos Legais. A pauta foi votada e aprovada.  
435 Em seguida, a Secretária Executiva do CNPIR Larissa Santiago (MIR) fez os informes acerca da  
436 Política Nacional de Cuidados; do Plano Nacional de Comunicação Antirracistas; do Comitê Técnico  
437 de Saúde de População Negra; e do Grupo de Trabalho Temático Adaptações Climáticas. O  
438 Conselheiro Nuno Coelho (APNs) relatou que convidou entidades do movimento negro para  
439 apresentar a nova composição do Comitê Técnico da Política Nacional de Saúde da População Negra,  
440 contudo foi apresentado uma proposta contrária ao trabalho do exercido Comitê Técnico desde sua  
441 criação, cuja composição da sociedade civil foi drasticamente reduzida de 16 (dezesesseis) para 4  
442 (quatro), reduzindo a participação do conselho, reduzindo representações do próprio Ministério da  
443 Saúde de 11 (onze) para 2 (duas) e 2 (duas) vagas para Povos Tradicionais. Indagou qual a finalidade  
444 da Comissão Técnica. Sugeriu uma manifestação pública de discordância do CNPIR à redução das  
445 representações postas. A Secretária Executiva do CNPIR Larissa Santiago (MIR) informou que o  
446 CNPIR precisa compor o Comitê por determinação do Decreto que o irá instituir e mencionou a  
447 proposição de manifestação do CNPIR do Conselheiro Nuno Coelho. O Conselheiro Olumide  
448 Betinho (RENAFRO) perguntou quem foram as representações já indicadas em reunião passada para  
449 compor o Comitê. A Conselheira Ana Cristina (CUT) registrou que no município de Niterói, no Rio  
450 de Janeiro, o Comitê Técnico de Saúde da População Negra é composto por 3 (três) conselheiros da  
451 saúde e 3 (três) conselheiros da igualdade racial, conforme lei municipal aprovada. A Secretária  
452 Executiva do CNPIR Larissa Santiago (MIR) informou que as entidades eleitas para participar do  
453 Comitê foram a CONAQ e o CEN-BA. A Conselheira Iyá Vera (FONSANPOTMA) registrou que o  
454 Ministério da Saúde, na sua última conferência, confirmou que os terreiros de matriz africana estão  
455 sendo elevados como instrumentos do Sistema Único de Saúde (SUS), recomendando os terreiros de  
456 matriz africana como equipamento de saúde pública junto ao SUS. Defendeu que o Conselho precisa

457 indicar organizações que tratem da pauta da saúde e da matriz africana. O Conselheiro Antônio  
458 Herculano da Silva (CEN-BA) argumentou que deve ser considerada a deliberação de representação  
459 já aprovada em reunião plenária do CNPIR. O Conselheiro Igor Correia dos Prazeres (CONEN)  
460 sugeriu a provocação de abertura de mais vagas ao Comitê, com eventual inclusão da RENAFRO. A  
461 Conselheira Mãe Tuca (CCIAO) registrou que fez a defesa de inclusão da RENAFRO, porém foi  
462 voto vencido na ocasião. O Conselheiro Olumide Betinho (RENAFRO) registrou que fez a defesa da  
463 organização, porém teve que se ausentar no momento da votação. A Conselheira Iyá Vera  
464 (FONSANPOTMA) recomendou que em razão da homologação da Conferência Nacional de Saúde  
465 e da atuação histórica da RENAFRO no tema da saúde da população negra, que a decisão de  
466 representação seja posteriormente revista, caso seja possível. A Secretária Executiva do CNPIR  
467 Larissa Santiago (MIR) perguntou se havia objeções sobre a manifestação pública. Não havendo  
468 respostas, registrou que o Pleno precisa redigir a manifestação. Sobre o Grupo de Trabalho Temático  
469 Adaptações Climáticas, ampliará a escuta e que a Secretaria Executiva estará atenta para garantir a  
470 participação do CNPIR. A Vice-presidente e Conselheira Marina Duarte (UNEGRO) registrou o  
471 pedido de apoio do Instituto DuClima para o CNPIR sobre o Projeto do instituto para criação de  
472 Censo de Adaptação Climática e Racismo Ambiental e informou que irá se reunir para compreender  
473 melhor a demanda. Em seguida, abriu votação para deliberar ponto focal do CNPIR para diálogo com  
474 a SEPAR sobre o PL de Cotas no Serviço Público. O Conselheiro Delton Felipe e o titular do  
475 Ministério da Justiça e Segurança Pública se colocaram à disposição e o pleno aprovou. Ato seguinte,  
476 a Vice-presidente e Conselheira Marina Duarte (UNEGRO) convidou Grupo de Trabalho (GT) de  
477 Revisão dos Aspectos Gerais da V CONAPIR para apresentação do relatório final. O Conselheiro  
478 Airton Ferreira da Silva (CND), coordenador do GT, conduziu os informes finais do Grupo de  
479 Trabalho, informando que concentraram na sistematização de 12 (doze) eixos temáticos, com  
480 subeixos, a partir de sugestões apresentadas previamente pela equipe do MIR. Relatou que os  
481 produtos da reunião foram socializados com os conselheiros para manifestações, que foram acatadas  
482 pelo Grupo de Trabalho. Informou que o tema definido pelo grupo para a V CONAPIR “Igualdade  
483 Racial e Democracia: Reparação e Justiça para o Desenvolvimento Sustentável”. Em seguida, a Vice-  
484 presidente e Conselheira Marina Duarte (UNEGRO) abriu os demais informes dos conselheiros  
485 indicados para compor a Coordenação Executiva da V CONAPIR. O Conselheiro Nuno Coelho  
486 (APNs) apresentou panorama sobre a V CONAPIR e informou sobre a decisão anterior de  
487 reformulação do tema central, como “Igualdade Racial e Democracia: Reparação e Justiça para o



488 Desenvolvimento do Povo Negro”. Ressaltou que, após considerações técnicas sobre este tema, foi  
489 solicitada nova apreciação pelo Pleno, uma vez que a política de igualdade racial e do Ministério da  
490 Igualdade Racial abarca segmentos étnicos do Brasil, com sugestão de que o tema seja “Igualdade  
491 Racial e Democracia: Reparação e Justiça para o Desenvolvimento Étnico-Racial”. A Secretária  
492 Executiva do CNPIR Larissa Santiago (MIR) informou, conforme solicitação do Conselheiro Antonio  
493 Herculano, que estavam presentes 20 (vinte) conselheiros da sociedade civil e 08 (oito) conselheiros  
494 do Poder Público (MDA, MCom, MinC, CC/PR, MIDR, MGI, MJSP e MTE). O Conselheiro Nuno  
495 Coelho (APNs) consignou em ata entendimento de que regimentalmente era preciso requer  
496 substituições dos notáveis-saberes, em razão das três faltas consecutivas. A Conselheira Iyá Vera  
497 (FONSANPOTMA) registrou a importância da interlocução com o poder público para promover a  
498 participação dos gestores. O Conselheiro Delton Felipe (ABPN) argumentou que, em conjunto com  
499 a proposta de tema vencedora, havia uma outra proposta que não focalizava em um grupo específico  
500 e sugeriu a consideração daquela proposta também. A Conselheira Daniela Luciana (MIDR) afirmou  
501 que a proposta do GT ficou em segundo lugar na votação e não focava em nenhum grupo. Concordou  
502 com o Conselheiro Delton Felipe sobre a não focalização. O Conselheiro Marcos Faria (CC/PR)  
503 relatou que os membros indicados para Coordenação Executiva, após nova análise do tema,  
504 verificaram a necessidade de retomada do tema que abrange todos os públicos do Ministério e da  
505 política de igualdade racial. A Conselheira Ana Placidino (MDA) perguntou se o GT já possui  
506 proposta de data e se já refletiram sobre as conferências já realizadas pelos estados no contexto  
507 anterior. A Conselheira Maria Júlia (CUT) ressaltou que os membros da Coordenação Executiva  
508 debateram e verificaram que o temário precisa refletir a diversidade do Conselho. Arrazouou que é  
509 importante incluir os ciganos, os povos indígenas e os quilombolas, revendo sua posição anterior e  
510 que este movimento de revisão é positivo para o crescimento do CNPIR. O Conselheiro Paulo Axé  
511 (RAN) disse que o movimento negro brasileiro tem histórico de luta na América Latina em relação à  
512 questão racial. Argumentou que a escolha do tema é política. Ressaltou que dar evidência à população  
513 negra no temário não desconsidera as outras populações étnicas alvo da Conferência. A Conselheira  
514 Rosa Negra (MNU) reforçou as considerações do Conselheiro Paulo Axé e disse que o racismo no  
515 Brasil passa pela cor da pele. Ressaltou que, historicamente, quem mais sofre são os pretos e pardos  
516 no Brasil e que o tema dá ênfase ao povo negro, porém que eles têm consciência da inclusão. A  
517 Conselheira Mãe Tuca (CCIAO) argumentou que o art. 2 do Regimento Interno do define que o  
518 CNPIR tem por finalidade propor diretrizes de ação, em âmbito nacional, políticas de promoção da

519 igualdade étnico-racial, com ênfase na população negra e outros segmentos étnicos da população  
520 brasileira. Ressaltou que o tema da Conferência não pode se restringir ao povo negro. O Conselheiro  
521 Nuno Coelho (APNs) disse que a ênfase da política de igualdade racial, desde sua institucionalização,  
522 é a população negra. Considerou que a política é transversal e tem abrangência sobre várias  
523 populações étnicas no Brasil. Reforçou que o tema da Conferência precisa refletir os povos alvos das  
524 políticas do Ministério da Igualdade Racial. O Conselheiro Igor Correia dos Prazeres (CONEN)  
525 apresentou proposta de encaminhamento para que o tema reflita o texto do Regimento Interno. A  
526 Vice-presidente e Conselheira Marina Duarte (UNEGRO) encerrou as falas e apresentou todas as  
527 sugestões de tema levantadas pelos conselheiros e conselheiras. Foram propostos 07 (sete) temas  
528 para votação, em que todos os conselheiros votaram e venceu o tema 03 (três), com 13 (treze) votos,  
529 se tornando o tema da V CONAPIR “Igualdade Racial e Democracia: Reparação e Justiça para o  
530 Povo Negro e demais Segmentos Étnicos Da População Brasileira”. Sobre o calendário da V  
531 CONAPIR, o Conselheiro Nuno Coelho (APNs) propôs o período de 17 a 21 de março de 2025 para  
532 a etapa nacional. No período preparatório, propôs a realização de quatro grandes plenárias, a Primeira  
533 Plenária seria no dia 24 de maio de 2024, a ser realizada em Brasília, com o tema “Povos Ciganos”;  
534 a Segunda Plenária seria realizada no mês de junho de 2024, a ser realizada em Minas Gerais, com o  
535 tema “Povos Quilombolas”; a Terceira Plenária seria realizada no mês de julho de 2024, a ser  
536 realizada no estado da Bahia, com o tema “Povos de Comunidades Tradicionais”; e a Quarta Plenária  
537 seria realizada em agosto de 2024, no estado de Amapá, com o tema “Povos Indígenas”. Sugeriu-se  
538 que as etapas municipais da V CONAPIR poderiam ocorrer até 30 de junho de 2024, considerando o  
539 defeso eleitoral, e as etapas estaduais e distrital entre novembro e 31 de janeiro de 2025. Ele informou  
540 que os estados que já realizaram as conferências precisam emitir um relatório dessas conferências  
541 para a Secretaria Executiva do CNPIR e que, até o momento, só foram recebidos 04 (quatro)  
542 relatórios, sendo que há informações de que foram realizadas 14 (quatorze) conferências. Quanto às  
543 subcomissões da V CONAPIR, informou que precisam ser instaladas, que a Comissão Organizadora  
544 é o pleno que precisam iniciar os trabalhos, já existindo um calendário a ser proposto. O Conselheiro  
545 Paulo Axé (RAN) relatou que é isso que os estados estão querendo e propôs dar continuidade ao tema  
546 da “Amazônicas Negras, Racismo Ambiental e Povos e Comunidades Tradicionais” para um eixo da  
547 V CONAPIR, pois é necessário fortalecer essa política. A Conselheira Maria Júlia (CUT) considerou  
548 que é necessário definir se essas datas possuem viabilidade, pois são a estrutura fundamental da  
549 conferência. O Conselheiro Airton Ferreira (CND) expôs sua preocupação com relação a cobrança

550 de datas da Conferência e questionou qual o tempo para que os documentos referenciais estejam  
551 prontos, de forma a mobilizar os municípios a realizar as conferências até junho de 2024. A Vice-  
552 presidente e Conselheira Marina Duarte (UNEGRO) concluiu que o encaminhamento da Conselheira  
553 Maria Júlia foi de que se organizasse de forma visual as datas e as propostas das datas das temáticas,  
554 para conseguirem chegar a um consenso. Ela informou a necessidade de tomar uma decisão política  
555 acerca do Regimento da V CONAPIR e do regimento vigente da gestão anterior. A Conselheira Maria  
556 Júlia (CUT) compartilhou seu cansaço e considerou que se debruçar em dois regimentos seria ainda  
557 mais cansativo, então propôs que a comissão organizadora decida o regimento interno a ser analisado.  
558 A Conselheira Mãe Tuca (CCIAO) considerou que o regimento não pertence a eles e não foi feito  
559 para eles, por isso a leitura do regimento se mostra perda de tempo. O Conselheiro Paulo Axé (RAN)  
560 questionou se a própria comissão não poderia ajudar na análise do regimento. A Conselheira Mariana  
561 Braga (MinC) questionou se esse é o regimento vigente atualmente e se é com base nele que os  
562 municípios estão se embasando. Considerou que é uma questão jurídica urgente, pois nem tudo nesse  
563 regimento poderá ser excluído. O Conselheiro Airton Herculano (CEN-BA) sugeriu que os membros  
564 Coordenação Executiva apresentem uma proposta. O Conselheiro Igor Correia dos Prazeres  
565 (CONEN) considerou que é necessário analisar tudo e questionou se é possível submeter esse  
566 regimento para que a comissão faça a proposta para deliberar sobre isso. Ainda, considerou que  
567 poderiam encerrar o calendário da V CONAPIR e dar publicidade a ele. O Conselheiro Nuno Coelho  
568 (APNs) manifestou sua concordância com a aprovação do calendário e a publicação desse. A  
569 Secretária Executiva do CNPIR Larissa Santiago (MIR) considerou que para definir as datas é  
570 necessário, após aprovação do Pleno, submetê-las à Consultoria Jurídica do MIR e depois à Casa  
571 Civil, por isso acredita que não conseguirão a aprovação do decreto até maio e a publicidade do  
572 calendário só é possível após a publicação do decreto. Informou que apenas a data e o local da  
573 Conferência podem ser alterados por portaria. Após essas considerações, os conselheiros  
574 começaram as deliberações para aprovação do calendário. A Conselheira Ana Cristina Duarte  
575 (CUT) pontuou que dentro dessa organização das plenárias, já tiveram plenárias específicas para  
576 mulheres negras e sugeriu uma conferência para mulheres negras dentro do cronograma nacional. A  
577 Secretária Executiva do CNPIR Larissa Santiago (MIR) informou que será possível organizar  
578 conferências livres e recomendou que seja feita uma proposta para que haja a plenária específica. O  
579 Conselheiro Nuno Coelho (APNs) pontuou que, historicamente, os segmentos nas conferências dos  
580 estados e municípios não possuem vagas de cotas e delegados nas etapas estaduais e municipais.

581 Afirmou que, na III CONAPIR, esses segmentos saíram delegados para garantir suas representações  
582 nas suas conferências, mas não nas etapas estaduais e federais. O Conselheiro Marco Faria (CC/PR)  
583 considerou que foi uma reivindicação válida e sugeriu colocar para votação. Sugeriu também fazer  
584 um balanço e colocar a plenária das mulheres em junho e dos povos quilombolas em setembro. A  
585 Secretária Executiva do CNPIR Larissa Santiago (MIR) lembrou que, no período de setembro,  
586 estarão em época de eleição e nada pode ser feito por conta do período defeso, que acontece em três  
587 meses antes da eleição. A Conselheira Mariana Braga (MinC) considerou que não há impedimento  
588 que as temáticas ocorram no período das etapas estaduais e que o fato de existir uma temática não  
589 impede que esses povos não possam ser eleitos nas estaduais e municipais, podendo ocorrer até  
590 janeiro. O Conselheiro Afonso José (ENEGRECER) pontuou que não é contra a plenária das  
591 mulheres e sugeriu incluir uma plenária específica para juventude negra. A Conselheira Maria Júlia  
592 (CUT) pontuou que, nesse momento, está inviável acrescentar todos os pontos tratados e sugeriu finalizar  
593 a reunião para dar continuidade no próximo dia. A Vice-presidente e Conselheira Marina Duarte  
594 (UNEGRO) considerou que possuem uma pauta muito extensa para o dia seguinte, que não  
595 conseguiram finalizar a pauta do dia e precisam de objetividade. Ela informou que a Secretária  
596 Executiva Larissa Santiago tem informações sobre custos e passou a palavra. A Secretária Executiva  
597 do CNPIR Larissa Santiago (MIR) pontuou que não será tratado sobre orçamento nesse momento,  
598 pois não está na pauta e sugeriu que na quinta-feira ofereçam propostas palpáveis para a conferência.  
599 Informou sobre os horários para a reunião do próximo dia e orientou que os conselheiros enviem os  
600 bilhetes de passagem, para que concluam o relatório. Tendo em vista o horário, acordou-se que os  
601 membros indicados para a Coordenação Executiva da V CONAPIR apresentariam proposta de  
602 calendário com todas as temáticas. A Vice-presidente e Conselheira Marina Duarte (UNEGRO)  
603 resumiu os encaminhamentos da reunião e encerrou o primeiro dia da 85ª Reunião Ordinária do  
604 Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial - CNPIR.

605 Aos vinte e seis de março de dois mil e vinte e quatro, às quatorze horas, no Auditório Ana Paula  
606 Crosara, 8 andar, SCS, quadra 9, Edifício Parque Cidade Corporate – Torre A, Brasília/DF, deu-se  
607 continuidade à 85ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Promoção de Igualdade Racial –  
608 CNPIR. Estiveram presentes, além dos nomes citados no dia anterior, a Presidente do CNPIR e  
609 Ministra de Estado da Igualdade Racial, Anielle Francisco da Silva; e a Secretária Executiva do  
610 Ministério da Igualdade Racial, Roberta Eugênio. A Presidente do CNPIR e Ministra de Estado da  
611 Igualdade Racial, Anielle Francisco da Silva, pediu desculpas pela ausência no dia anterior em

612 decorrência dos últimos acontecimentos do processo de investigação do assassinato da Vereadora  
613 Marielle Franco. Abordou a questão da transversalidade e a necessidade de trabalho conjunto com os  
614 outros Ministérios para que o MIR consiga efetivamente incluir a pauta racial em todas as políticas  
615 do governo. A Ministra informou sobre o planejamento estratégico, incluindo missão, visão e valores  
616 do MIR. Citou as caravanas estaduais do Plano Juventude Negra Viva (PJNV) e as principais entregas  
617 do Ministério por eixo. Relatou que o primeiro eixo é “direito à vida e à dignidade” e tem iniciativas  
618 como o próprio PJNV e o Acordo pela Primeira Infância Antirracista, com a UNICEF, MDHC, MS  
619 e MEC. Informou que, no eixo “inclusão e empregabilidade”, tem iniciativas como o decreto para  
620 ocupação mínima de 30% de cargos comissionados pela população negra, em parceria com o MGI, e  
621 o Programa Esperança Garcia, junto à AGU, o Edital para Mulheres Negras Empreendedoras com o  
622 BB, Bolsas de Estudo pelo MRE. Apresentou que, no eixo “educação”, há o Programa Federal de  
623 Ações Afirmativas (PFFA), o Caminhos Amefricanos e o Edital Atlânticas. Expôs que, no eixo  
624 “memória, reparação e cultura”, a participação do MIR no Cais do Valongo junto ao MinC e ao  
625 IPHAN, investimento no atendimento psicossocial de mães e familiares vítimas de violência com o  
626 MJSP e MS, o Grupo de Trabalho para elaboração do Plano de Comunicação Antirracista junto à  
627 SECOM. Especificamente no que tange à cultura, mencionou o apoio a 325 (trezentos e vinte e cinco)  
628 iniciativas como Prêmio de Construção Nacional da Cultura do Hip-Hop, o reconhecimento do Hip-  
629 Hop como referência cultural, o lançamento do selo Marielle em parceria principal com o Correios e  
630 com o MMulheres. No que tange ao “direito à terra”, mencionou o Aquilomba Brasil, o PNGTAQ,  
631 as titulações de territórios quilombolas. Mencionou a retomada do JAPER, abertura das frentes as  
632 relações com Portugal e Espanha, os diálogos com a Colômbia e a participação no Fórum Permanente  
633 de Afrodescendentes, em que o MIR solicitou a extensão da Década de Afrodescendentes instituída  
634 pela ONU. Abordou a participação na REAFRO, a criação da ODS18, a participação no Fórum  
635 Global da UNESCO, a participação na COP28 e nas próximas, na Cúpula Social do Mercosul, nos  
636 BRICS. Mencionou a plataforma JurisRacial junto à AGU e o Hub da Igualdade Racial. Abordou a  
637 incidência do Ministério para a equiparação da injúria racial ao crime de racismo, a nova lei de cotas  
638 no ensino superior, a aprovação do 20 de novembro como feriado nacional. Sobre as prioridades para  
639 2024, citou a Adesão dos municípios ao PNGTAQ e ao PJNV, a renovação e aprimoramento da lei  
640 de cotas no serviço público, a instituição da Política Nacional de Povos de Terreiro e a Política  
641 Nacional do Afroturismo. A Secretária Executiva do Ministério da Igualdade Racial, Roberta  
642 Eugênio, iniciou sua intervenção lembrando as discussões anteriores, afirmou que o CNPIR é um

643 pilar das políticas de promoção da igualdade racial e sugeriu outros mecanismos, para além das  
644 reuniões do Conselho, para envolvimento do CNPIR, com o intuito de fortalecer a participação da  
645 sociedade civil e impulsionar as políticas de promoção da igualdade racial no Estado. Ela ressaltou a  
646 importância de divergências de opinião dentro do grupo, reconhecendo que cada indivíduo traz  
647 consigo sua própria história e perspectiva. Registrou que foi simbólico uma situação ocorrida na  
648 última reunião e informou que gostaria que a situação não se repetisse. Por fim, sugeriu a abertura  
649 para falas e início dos diálogos. A Vice-presidente e Conselheira Marina Duarte (UNEGRO)  
650 agradeceu a presença da Presidenta e da Secretária Executiva. Leu nota de solidarização do CNPIR  
651 sobre o caso da Vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes. O Conselheiro Nuno  
652 Coelho (APNs) agradeceu as informações prestadas pela Ministra e pela Secretária Executiva do MIR  
653 e solicitou retomada de proposta apresentada anteriormente no CNPIR para um Encontro Nacional  
654 de Conselhos de Promoção da Igualdade Racial, com vistas à constituição do Fórum  
655 Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial – FIPIR. A Conselheira Mãe Tuca (CCIAO)  
656 argumentou que, em parceria com o PNUD, foi conduzido projeto “Sistema do SGD” que realizou  
657 diagnóstico de 18 (dezoito) quilombos na Paraíba. Argumentou que o produto está no SINAPIR e  
658 pediu apoio para localização desses produtos. A Conselheira Rosa Negra (MNU) manifestou  
659 concordância com a proposta de Casa da Mulher Brasileira para as mulheres pretas, argumentou que  
660 o estado de Rondônia é o segundo estado mais racista do Brasil e o décimo pior estado para as  
661 mulheres, sendo composto de 68% (sessenta e oito por cento) de pessoas negras. Colocou-se a  
662 disposição para contribuir com a iniciativa. Prestou solidariedade a família Franco. A Conselheira  
663 Nilma Bentes (CEDENPA) argumentou sobre a reivindicação de instituição da Casa da Mulher  
664 Brasileira em Brasília. Abordou a recomendação de incidência da sociedade civil nas questões da  
665 COP30 aprovada no Pleno e mencionou carta entregue à Casa Civil, com pedido de interseção da  
666 Ministra junto àquele órgão. Sugeriu ao governo federal a criação de critérios de priorização, em  
667 processos licitatórios, para empresas que já estiverem empregando pessoas negras. O Conselheiro  
668 Antônio Herculano (CEN-BA) solidarizou-se à família Franco, apresentou preocupação sobre a  
669 atualização do Regimento Interno e questionou qual a situação orçamentária do Ministério para o ano  
670 de 2024. Mencionou a recorrente ausência de algumas representações do governo, principalmente do  
671 Ministério da Saúde. Afirmou que o CNPIR é um parceiro do Ministério. O Conselheiro Paulo Axé  
672 (RAN) lembrou a atuação histórica da RAN no CNPIR para criação de Plano de Igualdade Racial  
673 na Amazônia Legal. Informou sobre o envolvimento do MIR pela DCR/SEPAR na retomada deste

674 plano e que a Ministra afirmou nos Diálogos Amazônicos a criação de Comitê de Monitoramento da  
675 Amazônia Negra para Enfrentamento ao Racismo Ambiental. Argumentou que a população nortista  
676 negra está aguardando ansiosamente e que a Secretária Executiva Roberta Eugênio se comprometeu  
677 a encaminhar a íntegra do processo de instituição do comitê à RAN e ao CNPIR. O Conselheiro Igor  
678 Correia dos Prazeres (CONEN) saudou Dona Marinete e prestou solidariedade à Ministra Anielle  
679 Franco. Sugeriu que o MIR incluísse entre suas prioridades a promoção de centros integrados de  
680 políticas e de estruturação de mecanismos e instrumentos que combatem a violência por meio de  
681 prevenção e o PRONASCI. Pediu interlocução do MIR junto ao MJSP para implementação das  
682 DECADES por meio de incentivos federais. A Conselheira Edvalda Bispo (ANMC) saudou a todas  
683 e a todos, solidarizou-se com a família Franco e mencionou que a população cigana também sofre de  
684 perseguição policial. Pediu um olhar especial do MIR sobre a pauta cigana e lembrou que foi no  
685 governo Lula que a pauta cigana foi visibilizada. Mencionou que, em 2022, concorreu a Edital do  
686 PNUD BRA 15 que a instituição teria sido habilitada, porém não conseguiu executar o projeto devido  
687 à mudança de gestão. O Conselheiro Olumide Betinho (RENAFRO) cumprimentou a todos e  
688 ressaltou a importância da participação social, inclusive do CNPIR, nos processos de construção de  
689 políticas públicas. A Conselheira Maria Júlia (CUT) solidarizou-se com a família Franco e  
690 parabenizou as ações da gestão no último período. Solicitou interlocução para que o poder público se  
691 faça mais presente nas reuniões do CNPIR para garantir a implementação das deliberações do Pleno.  
692 Ressaltou a importância de serem informados sobre os recursos para a execução da V CONAPIR.  
693 Enalteceu o papel executado pela Secretaria Executiva do CNPIR Larissa Santiago e o esforço  
694 empenhado, mesmo tendo os limites das atribuições da unidade. Disse que a Conferência será um  
695 marco da atual gestão. A Presidente do CNPIR e Ministra de Estado da Igualdade Racial, Anielle  
696 Francisco da Silva, ressaltou a questão do ano eleitoral e suas peculiaridades que precisam ser  
697 observadas para a V CONAPIR. Informou sobre a interlocução com os ministros para garantir a  
698 participação do poder público nas reuniões. Argumentou que as discordâncias são naturais.  
699 Argumentou que o MIR está à disposição para prestar as informações solicitadas e para atuar em  
700 conjunto com o CNPIR. Por fim, agradeceu a todos os conselheiros e as conselheiras e passou a  
701 palavra para a Secretária Executiva do MIR, Roberta Eugênio. A Secretária Executiva do Ministério  
702 da Igualdade Racial, Roberta Eugênio, informou que o pleito do Encontro de Conselhos de PIR é  
703 pertinente e pediu o encaminhamento da minuta mencionada à Secretaria Executiva do CNPIR para  
704 tramitação no MIR. A Secretária discutiu a questão da desatualização de portarias e a tramitação

705 desses processos, reconhecendo as limitações impostas pelo Decreto nº 9.191 e a necessidade de  
706 atualização. Sobre os produtos do PNUD projeto “Sistema do SGD”, comprometeu-se a verificar  
707 junto à equipe do MIR e pediu que a Conselheira Mãe Tuca enviasse detalhes do projeto à Secretaria  
708 Executiva do CNPIR. Ela também abordou a importância da articulação com parlamentares para  
709 direcionar emendas e fortalecer programas. No que tange à Casa da Mulher Brasileira para mulheres  
710 negras e a qualificação das políticas de igualdade racial dentro das políticas para mulheres, a  
711 Secretária disse o MIR atua junto ao Ministério das Mulheres para a consideração da questão racial  
712 em seus programas e projetos. Informou sobre a criação da Secretaria Extraordinária para tratar da  
713 COP30, que no mesmo ano de realização do evento se comemora a titulação do primeiro território  
714 quilombola, que foi no estado do Pará, em Oriximiná, que a pauta racial deve estar na centralidade  
715 das discussões e que o MIR atuará nesse sentido. Solicitou a Secretaria Executiva do CNPIR que  
716 conte com o apoio do Gabinete da Secretaria Executiva do MIR para reforçar os convites para as  
717 reuniões do CNPIR. Informou que o orçamento do MIR, que é da ordem de R\$ 123 milhões, é o  
718 menor da Esplanada e que o MIR mobiliza o orçamento dos demais Ministérios para implementação  
719 das políticas, a exemplo do PJNV. Sobre o Comitê de Monitoramento da Amazônia Legal para  
720 Enfrentamento do Racismo Ambiental, disse que encaminhará a íntegra do processo e que o último  
721 encaminhamento no MIR foi o envio de minuta de portaria ao MMA e ao MPI para considerações.  
722 Em relação à sugestão de acréscimo entre as prioridades do MIR a questão dos centros integrados de  
723 políticas e o fomento à implementação das DECADES, argumentou que por meio do PJNV há  
724 compromissos já pactuados pelo MJSP que contribuem para o avanço dessas ações. Sobre o Compaz,  
725 solicitou que o Conselheiro Igor dos Prazeres compartilhe com os Ministérios para inserção na agenda  
726 do MIR. A Secretária ressaltou que o MIR está ao lado do povo cigano e citou ações como o Programa  
727 de Mães e Familiares Vítimas de Violência, de atendimento e qualificação, que considera também o  
728 povo cigano, o lançamento do novo Brasil Cigano e a incidência junto ao legislativo para aprovação  
729 do Estatuto dos Ciganos. Sobre o edital do PNUD BRA 15, comprometeu-se a consultar a equipe  
730 para entender o atual estado do PRODOC. A Presidente do CNPIR e Ministra de Estado da Igualdade  
731 Racial, Anielle Francisco da Silva, agradeceu a todos os conselheiros e as conselheiras e despediu-se  
732 para compromissos do Ministério junto a Deputados. A Secretária Executiva do MIR, Roberta  
733 Eugênio, mencionou os desafios enfrentados pelo orçamento do MIR, destacando a busca por  
734 recursos adicionais e a importância de planejar cuidadosamente as reuniões presenciais para evitar  
735 gastos excessivos. Mencionou que solicitou a participação do CNPIR no âmbito da Conferência



736 Regional da 6ª Região da Diáspora Africana, que ocorrerá em Salvador, no estado da Bahia. Em  
737 conclusão, ela enfatizou o compromisso do Ministério com a população negra e a necessidade de  
738 diálogo constante com o Conselho para garantir a eficácia das políticas de promoção da igualdade  
739 racial. Reiterou, ainda, o papel central do Conselho e expressou seu desejo de ampliar a transparência  
740 e visibilidade das atividades do órgão. A Secretária Executiva do CNPIR Larissa Santiago indicou  
741 que, embora tenha de se apressar, encontraria brevemente com os presentes para ouvi-los. Assim, ela  
742 delegou a condução dos procedimentos à Vice-presidente do CNPIR. Ela mencionou uma agenda  
743 prevista com o deputado Matheus Gomes, do Rio Grande do Sul, e um apelo de Rosa Negra e outros  
744 para encerrar as atividades mais cedo naquele dia, sugerindo a possibilidade de uma apresentação do  
745 GT Marcos Legais no próximo dia e deixou claro que os participantes poderiam discutir sobre isso  
746 com a vice-presidente do CNPIR, organizando a saída antecipada. O Conselheiro Nuno Coelho  
747 (APNs) interveio destacando que o Conselho aprovou um requerimento no dia anterior e agora, ele  
748 observou que a Secretaria demonstrou abertura. Ele mencionou que é crucial para o Conselho estar  
749 presente no Fórum Permanente de Afrodescendentes que ocorrerá em abril, mesmo que a delegação  
750 ainda precise ser determinada pelo Ministério. Ressaltou a importância desse Fórum para abrir  
751 oportunidades de negociação, tendo em vista a década de 19 que considerou ser fundamental para  
752 renegociar a extensão, considerando os desafios enfrentados nos últimos quatro anos, que afetaram  
753 especialmente a sociedade civil. Ele concluiu reiterando que o requerimento foi aprovado por  
754 unanimidade pelos conselheiros de governo e que agora estão em busca dos recursos necessários para  
755 participar do evento. A Secretária Executiva do Ministério da Igualdade Racial, Roberta Eugênio,  
756 reconheceu a urgência e importância da participação do Conselho no Fórum, contudo destacou que  
757 enfrentam desafios de recursos, especialmente considerando a solicitação da Ministra para reduzir a  
758 comitiva. Ela mencionou que provavelmente só poderão enviar uma pessoa do Conselho, dada a  
759 restrição orçamentária e de tempo, já que o prazo para a viagem é curto. Ofereceu colaboração na  
760 elaboração de documentos, porém destaca que o prazo é apertado. Ainda, indicou a Coordenadora-  
761 Geral Katharina Menezes da Secretaria Executiva do MIR como responsável pela tratativa  
762 administrativa do comitê de racismo ambiental no MIR e se comprometeu a fornecer o contato dela  
763 para o Conselheiro Paulo Axé (RAN). Explicou que tentaram articular um edital para apoio da  
764 sociedade civil, mas o tempo foi insuficiente. Mencionou que a DCR/SEPAR está trabalhando em  
765 um edital para futuros eventos internacionais. Por fim, enfatizou que o problema não é exclusivo do  
766 Conselho, mas sim da sociedade civil como um todo, e agradeceu a compreensão. A Vice-presidente

767 e Conselheira Marina Duarte (UNEGRO) agradeceu a presença da Secretária Executiva do MIR,  
768 apresentou proposta feita pela maioria dos integrantes de encerrar a reunião e se discutir sobre o  
769 Grupo de Trabalho de Revisão Marcos Legais em outro momento, pela falta de dois participantes  
770 fundamentais. Assim, encerrou o segundo dia da 85ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de  
771 Promoção da Igualdade Racial - CNPIR.